

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE IPOJUCA
CONCURSO PÚBLICO
MANHÃ

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Não deixe de preencher as informações a seguir:

Prédio															Sala				
Nome																			
Nº de Identidade					Órgão Expedidor					UF		Nº de Inscrição							

ANALISTA EDUCACIONAL - INSPEÇÃO ESCOLAR

CADERNO DE PROVA - 19

ATENÇÃO

- ✓ *Abra este Caderno, quando o Fiscal de Sala autorizar o início da Prova.*
- ✓ *Observe se o Caderno está completo. Ele deverá conter 60 (sessenta) questões objetivas de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas cada, sendo 20 (vinte) questões de Conhecimentos Gerais e 40 (quarenta) questões de Conhecimentos Específicos.*
- ✓ *Se o Caderno estiver incompleto ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe, imediatamente, ao Fiscal.*
- ✓ *Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o Nome do Prédio e o Número da Sala, o seu Nome completo, o Número do seu Documento de Identidade, a Unidade da Federação e o Número de Inscrição.*
- ✓ *Para registrar as alternativas escolhidas nas questões das provas, você receberá um Cartão-Resposta (Leitura Ótica). Verifique se o Número de Inscrição impresso, em ambos os cartões, coincide com o seu Número de Inscrição.*
- ✓ *As bolhas do Cartão-Resposta (Leitura Ótica) devem ser preenchidas totalmente, com caneta esferográfica azul ou preta.*
- ✓ *O tempo de Prova está dosado, de modo a permitir fazê-la com tranquilidade.*
- ✓ *Preenchido o Cartão-Resposta, entregue-o ao Fiscal e deixe a sala em silêncio.*

CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS**Texto I (questões 01 e 02)****O permanente e o provisório**

O casamento é permanente, o namoro é provisório.

O amor é permanente, a paixão é provisória.

Uma profissão é permanente, um emprego é provisório.

Um endereço é permanente, uma estada é provisória.

A arte é permanente, a tendência é provisória.

De acordo? Nem eu.

Um casamento que dura 20 anos é provisório. Não somos repetições de nós mesmos, a cada instante somos surpreendidos por novos pensamentos que nos chegam através da leitura, do cinema, da meditação. O que eu fui ontem, anteontem, já é memória. Escada vencida degrau por degrau, mas o que eu sou neste momento é o que conta, minhas decisões valem pra agora, hoje é o meu dia, nenhum outro.

Amor permanente... como a gente se agarra nesta ilusão. Pois se nem o amor pela gente mesmo resiste tanto tempo sem umas reavaliações. Por isso nos transformamos, temos sede de aprender, de nos melhorar, de deixar pra trás nossos imensuráveis erros, nossos achaques, nossos preconceitos, tudo o que fizemos achando que era certo e hoje condenamos. O amor se infiltra dentro de nós, mas seguem todos em movimento: você, o amor da sua vida e o que vocês sentem. Tudo pulsando independentemente, e passíveis de se desgarrar um do outro.

Um endereço não é pra sempre, uma profissão pode ser jogada pela janela, a amizade é fortíssima até encontrar uma desilusão ainda mais forte, a arte passa por ciclos, e se tudo isso é soberano e tem valor supremo, é porque hoje acreditamos nisso, hoje somos superiores ao passado e ao futuro, agora é que nossa crença se estabiliza, a necessidade se manifesta, a vontade se impõe – até que o tempo vire.

Faço menos planos e cultivo menos recordações. Não guardo muitos papéis, nem adianto muito o serviço. Movimento-me num espaço cujo tamanho me serve, alcanço seus limites com as mãos, é nele que me instalo e vivo com a integridade possível. Canso menos, me divirto mais, e não perco a fé por constatar o óbvio: tudo é provisório, inclusive nós.

MEDEIROS, M. Coisas da vida. Porto Alegre. L & M, 2005.

01. Ao se analisar o Texto I, observa-se que a opinião da autora sobre o **amor** é a seguinte:

- A) Um sentimento que não dura para sempre, pois todo amor chega ao fim e não resiste ao tempo.
- B) O amor é inabalável e resiste ao tempo.
- C) A crença do ser humano sobre o caráter permanente do amor é verdadeira.
- D) Nenhum amor permanece o mesmo, mas resiste ao tempo sem reavaliações.
- E) Os seres humanos se agarram ao amor, por ser um sentimento duradouro e eterno.

02. Ao analisar as expressões “Um endereço não é para sempre” “uma profissão pode ser jogada pela janela”, “a arte passa por ciclos”, é **CORRETO** afirmar que a autora conclui que

- A) nada pode ser considerado permanente.
- B) tudo é para sempre.
- C) não podemos considerar duráveis nossas ações.
- D) as ações positivas são permanentes.
- E) tudo tem seu valor, mas depende dos bons atos.

Texto II (questões de 03 a 05)**A sociedade em desarmonia**

A cada dia que passa, a violência social aumenta. A sociedade não consegue viver em harmonia.

O que acontece com as pessoas, é que elas não conseguem chegar a um resultado comum. A agressão, tanto física, como moral é mais uma rotina de nossos dias. As constantes guerras, são imagens de total falta de conscientização com a vida do próximo.

A desarmonia entre os povos acarretará consequências trágicas sem qualquer benefício. As pessoas são egoístas só pensam e, si mesmas, não se preocupam com seu semelhante. No mundo de hoje há poucas pessoas que lutam por dias melhores.

Sendo assim, a tendência é o aumento da violência com resultados irreparáveis. As pessoas se afastam umas das outras a cada momento.

(Texto de aluno apud Maria das Graças Costa Val. Redação e Textualidade. São Paulo: Martins, 1994. p- 65-6)

03. Sobre o texto, é CORRETO afirmar que o autor

- A) destaca a violência urbana e rural.
 B) apresenta as razões do aumento da violência social.
 C) compara diferentes épocas de violência.
 D) exalta a vida urbana sem violência.
 E) exalta a vida rural com violência.

04. Baseando-se no texto, analise as afirmativas abaixo:

- I.** No 3º parágrafo, são apresentadas as razões de desarmonia de um povo.
II. No 3º parágrafo, há esclarecimento sobre as consequências provocadas pela desarmonia entre os povos.
III. No 3º parágrafo, as razões de desarmonia de um povo não são enfatizadas.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I. B) II. C) I, II e III. D) III. E) I e II.

05. Sobre o 1º parágrafo, é CORRETO afirmar que o autor faz duas afirmações:

- A) a violência social diminui, e a sociedade destaca a desarmonia.
 B) a violência social aumenta, e a sociedade vive em desarmonia.
 C) a sociedade vive em harmonia, e a violência social se destaca entre os jovens.
 D) a sociedade existe no mundo da violência em dois contextos: rural e urbano.
 E) a violência social aumenta, e a sociedade vive em harmonia.

Texto III (questão 06)

[...]
"Quando o avião levantou vôo com destino a Miami, no dia 31 de agosto de 1991, levava a bordo apenas três integrantes da exposição: Barney, Kenvy e eu. Éramos a primeira parte do grupo a deixar o Brasil. Fomos para os EUA somente com a bagagem de mão, para comprar equipamentos de montanha, fotografia, filmagem e radiocomunicação. O restante da equipe permaneceria no Brasil mais duas semanas, acertando os últimos detalhes.
 [...]

Brandolin, T. Everest: viagem à montanha abençoada. 6. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002.

06. Baseando-se no Texto III, analise as afirmativas abaixo:

- I.** As palavras “três” e “duas” apresentam quantidades definidas, pois são numerais.
II. Em relação aos viajantes, a palavra “primeira” indica que há, pelo menos, outra parte do grupo que embarcará depois.
III. No texto, a palavra “restante” exerce a função de numeral e refere-se a uma quantidade inexata de pessoas.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I, somente. B) II, somente. C) I, II e III. D) III, somente. E) I e II, somente.

Texto IV (questões 07 e 08)

Ser amigo é... amar e respeitar nossos primeiros amigos, que são nossos pais. Eles brigam e dizem coisas que não gostamos de ouvir, mandam a gente escovar os dentes, tomar banho e dormir. Em alguns dias, choramos; em outros, rimos sem parar, pois sabemos que esses amigos nunca vão nos abandonar.

Disponível em: <http://meninomalquinho.educacional.com.br>. Acesso em: 19 de setembro de 2013.

07. Considerando os pronomes como elementos coesivos que estabelecem relações no texto, é CORRETO afirmar que a expressão “esses amigos” refere-se

- A) a todos os amigos.
 B) aos dias.
 C) aos pais.
 D) ao pai, nosso primeiro amigo.
 E) a eles, grandes amigos.

08. Analisando-se a expressão “*esses amigos nunca vão nos abandonar.*”, observa-se que a palavra “*esses*”

- A) é um pronome com valor coesivo e indica uma retomada do que foi dito no texto.
- B) é um determinante, mas não é um elemento de coesão nesse texto.
- C) é um pronome que indica posse, no entanto não exerce função coesiva no texto.
- D) exerce coesão e faz referência a todos os amigos dos pais apresentados no texto.
- E) não exerce valor coesivo, apenas retoma o que foi dito no texto.

Texto V (questão 09)

O professor diz ao aluno:
 - Vou lhe fazer uma última pergunta. Se você souber, eu lhe dou 10.
 Quantos pelos tem o rabo de um cavalo?
 - Trinta mil, quinhentos e oitenta três.
 - E como você sabe?
 - Desculpe, professor, mas essa já é a outra pergunta...

LITVIN, A. Piadas de escola. ANNONI, M. (trad) Cotia Vergar & Riba, 2008. P.37.

09. Analisando-se o período “*Se você souber, eu lhe dou 10*”, é CORRETO afirmar que o termo destacado é um(uma)

- A) pronome, indicando posse e apresenta valor persuasivo.
- B) conjunção, indicando uma condição para que o professor dê a nota 10.
- C) advérbio, indicando o momento em que a prova foi realizada.
- D) preposição, iniciando a oração e indicando condição.
- E) conjunção, indicando um modo como o fato foi expresso na oração principal.

Texto VI (questão 10)



JOTA. Só dando gizada. Correio Popular. Campinas, 12/08/2003. In: ABAURRE, M. L. M. et alii. *Português: contexto, interlocução e sentido*. São Paulo: Moderna, 2008, p.205.)

10. Baseando-se no Texto VI, analise as afirmativas abaixo:

- I. No último quadrinho, observa-se a fala de um nordestino, exemplo de variedade linguística estilística.
- II. No último quadrinho, tem-se a fala de um mineiro, exemplo de variedade linguística regional.
- III. Nota-se, no último quadrinho, um exemplo de variedade social.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I, somente.
- B) II, somente.
- C) I, II e III.
- D) III, somente.
- E) I e II, somente.

MATEMÁTICA

11. A soma de três números pares e consecutivos é igual a 150. É CORRETO afirmar que o menor dos números é
- A) 32
 B) 82
 C) 48
 D) 80
 E) 10
12. Carlos pensou em um número, multiplicou por 5, somou 12 e obteve como resultado 137. O número que Carlos pensou é
- A) par
 B) divisível por 3
 C) múltiplo de 4
 D) múltiplo de 5
 E) múltiplo de 6
13. Uma urna contém 10 bolas. Essas bolas são de diversas cores, e somente 4 são brancas. Sabe-se que as bolas diferem, apenas, pela cor. Retiram-se, ao acaso, duas bolas. A probabilidade de se obterem duas bolas que não sejam brancas é:
- A) $\frac{2}{5}$
 B) $\frac{1}{3}$
 C) $\frac{4}{5}$
 D) $\frac{2}{3}$
 E) $\frac{1}{5}$
14. Um triângulo retângulo gira 360° em torno de um de seus catetos, gerando um sólido. O sólido gerado é denominado
- A) cilindro.
 B) cone.
 C) esfera.
 D) elipsoide.
 E) parabolóide.
15. A soma das idades do pai e do seu filho é 60 anos. Sabendo-se que há dois anos, a idade do pai era 6 vezes a idade do filho, é CORRETO afirmar que a diferença, em anos, entre a idade do pai e a do seu filho é
- A) 30
 B) 40
 C) 50
 D) 45
 E) 55
16. De um reservatório de gasolina, retirei 80 recipientes de 2,5 litros. Do mesmo reservatório, podemos retirar x recipientes de 0,4 litros. É CORRETO afirmar que x é igual a
- A) 800
 B) 350
 C) 500
 D) 430
 E) 650
17. Para pagar uma conta de R\$ 56,00, Pedro utilizou notas de R\$ 2,00 e R\$ 10,00 num total de 12 notas. É CORRETO afirmar que o número de notas de R\$ 2,00 utilizadas foi
- A) 8 B) 10 C) 6 D) 4 E) 3

18. Se $X = \sqrt[5]{7776}$, é CORRETO afirmar que, X é igual a

- A) 8 B) 7 C) 5 D) 9 E) 6

19. Se $\frac{A}{20} = \frac{6}{30}$ e $\frac{4}{B} = \frac{3}{21}$, então A + B é igual a

- A) 18
B) 32
C) 21
D) 38
E) 40

20. Carla deseja construir uma caixa de papelão na forma de um cubo de 10 cm de aresta. É CORRETO afirmar que a caixa vai utilizar de papelão

- A) 300 cm²
B) 400 cm²
C) 500 cm²
D) 600 cm²
E) 600 cm²

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

21. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 em seu Art. 6º indica que É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos

- A) 3 (três) anos de idade.
B) 4 (quatro) anos de idade.
C) 5 (cinco) anos de idade.
D) 6 (seis) anos de idade.
E) 7 (sete) anos de idade.

22. Os Incisos preconizados no Art. 18, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal; II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada; III – os órgãos municipais de educação compreendem qual(is) sistema(s) de ensino?

- A) Municipais
B) Estaduais
C) Federal
D) Privados
E) Comunitários

23. Qual a configuração de currículo, assumindo como referência os princípios educacionais garantidos à educação, assegurados no artigo 4º, da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica recomendada no caput do Art. 13, da referida Resolução?

- A) O conjunto de atitudes e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades socioeducacionais dos educandos.
B) O conjunto de valores e teorias que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos.
C) O conjunto de valores e práticas que proporcionam a reprodução, a socialização de significados no espaço rural e contribuem intensamente para a construção de identidades socioeducacionais dos educandos.
D) O conjunto de valores e práticas, que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos.
E) O conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço rural e contribuem minimamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos.

24. No Art. 21, da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, correspondentes a diferentes momentos constitutivos do desenvolvimento educacional, são

- A) anos e fases.
- B) etapas e módulos.
- C) módulos e fases.
- D) séries e fases.
- E) etapas e fases.

25. Frente a todas essas transformações, a Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre a educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. Em especial, têm-se mostrado prioritárias as discussões sobre como:

- A) orientar o trabalho junto com as crianças de até três anos em creches e como garantir práticas junto com as crianças de quatro e cinco anos que se articulem, mas não antecipem processos do Ensino Fundamental.
- B) orientar o trabalho junto com as crianças de até quatro anos em creches e como garantir práticas junto com as crianças de cinco e seis anos que se articulem, mas não antecipem processos do Ensino Fundamental.
- C) orientar o trabalho junto com as crianças de até três anos em creches e como garantir práticas junto com as crianças de dois e quatro anos que se articulem, mas não antecipem processos do Ensino Fundamental.
- D) orientar o trabalho junto com as crianças de até quatro anos em creches e como garantir práticas junto com as crianças de três e cinco anos que se articulem, mas não antecipem processos do Ensino Fundamental.
- E) orientar o trabalho junto com as crianças de até quatro anos em creches e como garantir práticas junto com as crianças de cinco e sete anos que se articulem, mas não antecipem processos do Ensino Fundamental.

26. A revisão e atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, segundo o Parecer CNE/CEB nº 20/2009 de aprovado em 11/11/2009 e publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.), de 9/12/2009, Seção 1, p. 14, é essencial para incorporar

- A) os avanços futuros na política, na produção cultural e nos movimentos fiscais na área.
- B) os avanços presentes na política fiscal, na produção científica e nos movimentos culturais na área.
- C) os avanços presentes na política, na produção científica e nos movimentos sociais na área.
- D) os avanços passados na política fiscal, na produção científica e nos movimentos sociais na área.
- E) os avanços futuros na política, na produção científica e nos movimentos culturais na área.

27. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, em seu Art. 11: A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo

- A) integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.
- B) predefinido e não podem ser consideradas como dois blocos juntos.
- C) firmado e não podem ser consideradas como dois blocos prontos.
- D) veiculado e não podem ser consideradas como dois blocos próximos.
- E) prejudgado e não podem ser consideradas como dois blocos acabados.

28. O Parecer CNE/CEB nº 23/2007 aprovado em 12/9/2007, tendo como assunto consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo registra que, nos primórdios do MST – 1975-1985, surgiu o setor de educação formalizado no Primeiro Encontro Nacional de Educação (São Mateus – Espírito Santo), em que a proposta de uma educação dirigida ao trabalho e com algumas ações significativas deu origem às concepções, adaptadas a cada situação, de escola itinerante, escola de acampamento e escola de assentamento. Nessa perspectiva, um estado brasileiro, em 1996, recebeu uma premiação do UNICEF pelo seu programa de alfabetização. Qual o nome desse estado brasileiro?

- A) Rio Grande do Norte
- B) Rio Grande do Sul
- C) Pernambuco
- D) Minas Gerais
- E) Paraíba

29. O que dispõe o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002?

- A) Sobre a inclusão da acessibilidade como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de acesso arquitetônico, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos cegos e a organização da educação no ensino especial.
- B) Sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.
- C) Sobre a inclusão da Libras como disciplina eletiva, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Braille, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos cegos e a organização da educação bilíngue no ensino especial.
- D) Sobre a inclusão da Braille como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Braille, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.
- E) Sobre a inclusão da Braille como disciplina eletiva, a formação e a certificação de gestor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Estrangeira como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino especial.

30. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, tem como objetivo:

- A) o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos locais do desenvolvimento e baixas habilidades/superdotação nas escolas regulares.
- B) o acesso, a participação e a recuperação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e médias habilidades/superdotação nas escolas regulares.
- C) o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares.
- D) o acesso, a comunicação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas especiais.
- E) o acesso, a comunicação e a recuperação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas especiais.

31. O Art. 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas se constitui de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, a execução e a avaliação da Educação, tendo por meta

- A) promover a educação de cidadãos atuantes e consequentes no seio da sociedade internacional e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.
- B) promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.
- C) promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade internacional e monoétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais negativas, rumo à construção de nação democrática.
- D) promover a educação de cidadãos atuantes e inconscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação antidemocrática.
- E) promover a educação de cidadãos ignorantes e inconscientes no seio da sociedade multicultural e monoétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

32. Qual segmento deverá promover, nas instituições de ensino, o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares em relação à Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Africana?

- A) Coordenação pedagógica
- B) Gestão Escolar
- C) Docente de História
- D) Discente do Ensino Fundamental
- E) Secretaria Escolar

33. O Art. 5º preconiza em seu § 1º que a Educação em Direitos Humanos deverá orientar os sistemas de ensino e suas instituições no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos, bem como em seu § 2º que os Conselhos de Educação definirão estratégias de acompanhamento das ações de Educação em Direitos Humanos. Nesse sentido, qual o objetivo central da Educação em Direitos Humanos preconizado no *caput* do artigo supracitado?

- A) Formar para a vida e para a convivência no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis exclusivamente locais.
- B) Formar para a escola e para a convivência materna no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis exclusivamente regionais.
- C) Formar para a vida e para a convivência no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetários.
- D) Formar para a vida e para a convivência escolar no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis exclusivamente nacionais.
- E) Formar para a vida e para a convivência religiosa no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis exclusivamente locais.

34. O Art. 2º, da Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, preconiza que a Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos [...]. Nesse contexto, qual a finalidade da Educação Ambiental indicada no artigo supracitado?

- A) Torná-la plena de prática educacional e de ética fiscal.
- B) Torná-la parcial de prática ambiental e de ética social.
- C) Torná-la plena de prática educacional e de ética social.
- D) Torná-la plena de prática social e de ética ambiental.
- E) Torná-la parcial de prática ambiental e de ética educacional.

35. A configuração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) é contrária a um modelo curricular homogêneo e impositivo, a uma sobreposição à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas. Nesse sentido, nas considerações preliminares dos PCN referentes à antiga nomenclatura de 1ª a 4ª série (atuais 1º ao 5º anos), o referido documento aponta para uma

- A) natureza fechada, configurada numa proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional, empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores.
- B) natureza aberta, configurada numa proposta inflexível, a ser inalterada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional, empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores.
- C) natureza fechada, configurada numa proposta flexível, a ser concretizada nas decisões nacionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade econômica, empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores.
- D) natureza fechada, configurada numa proposta flexível, a ser inalterada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional, empreendidos pelas autoridades governamentais, pelos pais e pelos estudantes.
- E) natureza aberta, configurada numa proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional, empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores.

36. O projeto político-pedagógico deverá ter um papel fundamental na construção de processos de participação e, portanto, na implementação de uma gestão democrática. Nesse sentido, o que se constitui como um grande desafio para a construção da gestão democrática e participativa?

- A) Envolver os diversos segmentos na elaboração e no acompanhamento do projeto político-pedagógico.
- B) Envolver os diversos segmentos na avaliação e no acompanhamento do projeto político-pedagógico.
- C) Envolver os diversos segmentos na execução e no acompanhamento do projeto político-pedagógico.
- D) Envolver os diversos segmentos no desenvolvimento e no controle do projeto político-pedagógico.
- E) Envolver os diversos segmentos na consecução dos objetivos e no controle do projeto político-pedagógico.

37. Na visão de Oliveira, Souza e Bahia (2005), ao elaborar um Projeto Político-Pedagógico deverá ser considerada uma concepção que se constituirá como referência norteadora para “[...] os procedimentos, processos, atividades, organização administrativa e pedagógica, estruturação curricular, organização dos tempos e espaços da escola” (p. 42). Nessa perspectiva, qual é a concepção que deve ser considerada, segundo as autoras, como norteadora e como referencial teórico?

- A) De psicologia
 B) De história
 C) De filosofia
 D) De educação
 E) De sociologia

38. Observe a figura a seguir:



17

Fonte: Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor. Volume 5 Brasília-DF, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf. Acesso em: 23 de setembro de 2013.

Qual alternativa abaixo traduz, de forma mais pertinente, essa figura?

- A) Entender a participação como processo a ser construído coletivamente, ressaltando que a participação não se decreta, não se impõe e, portanto, não pode ser entendida, apenas, como mecanismo formal/legal.
 B) Entender a participação como processo a ser construído individualmente, ressaltando que a participação se decreta, se impõe e, portanto, pode ser entendida, apenas, como mecanismo formal/legal.
 C) Entender a participação como momento a ser deliberado individualmente, ressaltando que a participação se decreta, se impõe e, portanto, pode ser entendida, apenas, como mecanismo informal/legal.
 D) Entender a participação como processo a ser votado individualmente, ressaltando que a participação se decreta, se impõe e, portanto, pode ser entendida, apenas, como mecanismo formal/legal.
 E) Entender a participação como processo a ser construído coletivamente, ressaltando que a participação se anula, se impõe e, portanto, pode ser entendida, apenas, como mecanismo informal/ilegal.

39. Na Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que *Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*, indica, em seu Art. 4º, que a Educação Ambiental é construída com responsabilidade cidadã na reciprocidade das relações dos seres inanimados entre si

- A) e com a estratosfera.
 B) e com a natureza.
 C) e com a vida animal.
 D) e com a biosfera.
 E) e com a atmosfera.

40. O que recomenda o Parágrafo único, do Art. 11. A dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País, da Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*?

- A) Os secretários de educação em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender, de forma aleatória, ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental.
 B) Os secretários escolares em atividade devem receber formação obrigatória em suas áreas de atuação, com o propósito de atender, de forma pertinente, ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental.
 C) Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender, de forma pertinente, ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental.
 D) Os porteiros escolares em atividade devem receber formação obrigatória em suas áreas de atuação, com o propósito de atender, de forma pertinente, ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental.
 E) Os gestores escolares em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender, de forma aleatória, ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental.

CONHECIMENTOS DA ÁREA

41. No Art. 1º, do Título I - Dos Princípios Fundamentais da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil é formada pela união

- A) dissolúvel dos Estados e Municípios e parcial do Distrito Federal.
- B) indissolúvel dos Estados e parcial dos Municípios e do Distrito Federal.
- C) parcial dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- D) indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- E) dissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

42. No Art. 1º, do Título I - Dos Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado

- A) Republicano de Direito e tem cinco fundamentos.
- B) Democrático de Direito e tem cinco fundamentos.
- C) Renovado de Direito e tem cinco fundamentos.
- D) Autocrático de Direito e tem cinco fundamentos.
- E) Monárquico de Direito e tem cinco fundamentos.

43. No Art. 1º, do Título I - Dos Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos:

- A) I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político.
- B) I - a soberania; II - a ética; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores econômicos do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político.
- C) I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo social.
- D) I - a soberania; II - a ética; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da iniciativa forçada; V - o pluralismo político.
- E) I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores afetivos do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo social.

44. No Parágrafo único do Art. 1º, no Título I - Dos Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, está preconizado que todo poder emana do povo que o exerce por meio de

- A) representantes indicados ou indiretamente, nos termos da Constituição Estadual.
- B) representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
- C) representantes eleitos ou indiretamente, nos termos dessa Constituição.
- D) representantes indicados ou diretamente, nos termos da Constituição Estadual.
- E) representantes eleitos ou diretamente, nos termos dessa Constituição.

45. De que trata o Título II da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988?

- A) Dos Deveres e Garantias Secundárias
- B) Dos Deveres e Garantias Fundamentais
- C) Dos Direitos e Garantias Fundamentais
- D) Dos Direitos e Garantias Secundárias
- E) Dos Direitos e Garantias Estruturais

46. Dentre os setenta e oito Incisos que compõem o Art. 5º, do Título II, da República Federativa do Brasil de 1988, o Inciso I preconiza que

- A) homens e mulheres são iguais em parte dos direitos e obrigações nos termos dessa Constituição.
- B) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos dessa Constituição.
- C) homens e mulheres são iguais em direitos e parte das obrigações nos termos dessa Constituição.
- D) homens são iguais em direitos e mulheres são iguais em obrigações nos termos dessa Constituição.
- E) homens e mulheres são, parcialmente, iguais em direitos e obrigações nos termos dessa Constituição.

47. O Art. 18, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Título III Da Organização do Estado Capítulo I Da Organização Político-Administrativa no que se refere à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil recomenda que

- A) compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos heterônomos nos termos dessa Constituição.
- B) compreende a União, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos dessa Constituição.
- C) compreende a União, os Estados e o Distrito Federal, todos autônomos nos termos dessa Constituição.
- D) compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos dessa Constituição.
- E) compreende os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos heterônomos nos termos dessa Constituição.

48. O Art. 206, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Título VIII - Capítulo III, Seção I recomenda que o ensino será ministrado com base em princípios. Nesse sentido, um desses princípios foi incluído através da Emenda Constitucional nº 53, de 2006. Qual foi o princípio incluído em 2006?

- A) VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública nos termos de lei federal.
- B) VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública e privada nos termos de lei federal.
- C) VIII - piso salarial profissional municipal para os profissionais da educação escolar pública nos termos de lei estadual.
- D) VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública nos termos de lei municipal.
- E) VIII - piso salarial profissional estadual para os profissionais da educação escolar pública e privada nos termos de lei estadual.

49. A redação do Art. 214, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Título VIII - Capítulo III, Seção I foi modificada através da Emenda Constitucional nº 59, de 2009 com a inclusão de mais um Inciso. O Artigo supracitado se refere ao Plano Nacional de Educação no que tange à duração, ao objetivo, entre outros aspectos. Nesse contexto, qual foi o novo Inciso incluído na redação dada ao Artigo 214 em 2009?

- A) VI - estabelecimento de recursos de aplicação de metas públicas em educação como proporção do produto interno bruto.
- B) VI - estabelecimento de ações de aplicação de recursos públicos e privados em educação como proporção do produto interno bruto.
- C) VI - estabelecimento de ações de aplicação de recursos privados em educação como proporção do produto interno bruto.
- D) VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.
- E) VI - estabelecimento de recursos de aplicação de ações privadas em educação como proporção do produto interno bruto.

50. O Art. 19, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, indica que toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família

- A) permanente, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- B) substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- C) substituta, assegurada a convivência familiar e individualizada, em ambiente comum à presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- D) permanente, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente comum à presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- E) substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente comum à presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

51. O Art. 20, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, recomenda que os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão

- A) os direitos e qualificações parciais, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- B) os mesmos direitos e qualificações, permitidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- C) os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- D) os direitos e qualificações, no percentual de 70% (setenta por cento), proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- E) os direitos e qualificações no percentual de 80% (oitenta por cento), proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

52. Como é denominada a Secretaria que assessora diretamente a Presidenta da República em articulação com os demais Ministérios na formulação e no desenvolvimento de políticas para as mulheres e, paralelamente, desenvolve campanhas educativas de caráter nacional, assim como projetos e programas de cooperação com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, bem como sua atuação respeita todas as formas de diversidade: racial, geracional e de orientação sexual; mulheres negras, indígenas, do campo, da floresta e/ou com deficiência?

- A) Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM
- B) Secretaria de Ações para as Mulheres – SAM
- C) Secretaria de Prevenções para as Mulheres – SPM
- D) Secretaria de Articulações para as Mulheres – SAM
- E) Secretaria de Projeções para as Mulheres – SPM

53. A Secretaria relativa às Mulheres, criada em 2003, que assessora a Presidência da República, tem como principal objetivo

- A) promover a igualdade entre homens e mulheres e favorecer todas as formas de preconceito e discriminação, herdadas de uma sociedade patriarcal e includente.
- B) promover a igualdade entre homens e mulheres e manter todas as formas de preconceito e indiscriminação, herdadas de uma sociedade matriarcal e excludente.
- C) promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação, herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente.
- D) promover a igualdade entre homens e mulheres e manter parte das formas de preconceito e discriminação, herdadas de uma sociedade patriarcal e includente.
- E) promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e indiscriminação, herdadas de uma sociedade matriarcal e includente.

54. A atuação da Secretaria relativa às Mulheres, criada desde 2003, que assessora a Presidência da República, desdobra-se em três linhas principais de ação, sendo sua estrutura básica composta pelo

- A) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (órgão colegiado), Gabinete da Ministra de Estado Chefe, Secretaria-Executiva e duas outras Secretarias.
- B) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (órgão colegiado), Gabinete da Ministra de Estado Chefe, Secretaria-Judiciária e três outras Secretarias.
- C) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (órgão colegiado), Gabinete da Ministra de Estado Chefe, Secretaria-Legislativa e quatro outras Secretarias.
- D) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (órgão colegiado), Gabinete da Ministra de Estado Chefe, Secretaria-Legislativa e duas outras Secretarias.
- E) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (órgão colegiado), Gabinete da Ministra de Estado Chefe, Secretaria-Executiva e três outras Secretarias.

55. Na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, no Título II - Dos Direitos Fundamentais Capítulo I - Do Direito à Vida, o Art. 8º tem a seguinte redação:

- A) O envelhecimento é um direito importantíssimo, e a sua proteção, um direito social nos termos dessa Lei e da legislação vigente.
- B) O envelhecimento é um direito personalíssimo, e a sua proteção, um direito social nos termos dessa Lei e da legislação vigente.
- C) O envelhecimento é um direito personalíssimo, e a sua proteção, um direito racial nos termos dessa Lei e da legislação vigente.
- D) O envelhecimento é um direito personalíssimo, e a sua proteção, um direito geracional nos termos dessa Lei e da legislação vigente.
- E) O envelhecimento é um direito importantíssimo, e a sua proteção, um direito primordial nos termos dessa Lei e da legislação vigente.

56. O Art. 9º, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, no Título II - Dos Direitos Fundamentais Capítulo I - Do Direito à Vida, indica que é obrigação do Estado, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade, garantir à pessoa idosa a proteção

- A) à moradia e ao transporte.
- B) à escolarização e ao lazer.
- C) à vida e ao transporte.
- D) à vida e à saúde.
- E) à escolarização e à moradia.

57. No Art. 5º, da Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004: Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com

- A) a educação de indígenas e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem respeito e discriminação.
- B) a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.
- C) a educação de negros e indígenas, sendo capazes de não corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.
- D) a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir valores, hábitos, palavras que impliquem respeito e discriminação.
- E) a educação de filhos de indígenas e negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e preconceito.

58. O Parágrafo único do Art. 1º, da Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, oferecida em instituições próprias, indica que as referidas Diretrizes estão pautadas pelos princípios

- A) da igualdade social, da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade, fundamentos da Educação Escolar Indígena.
- B) da igualdade racial, da divergência, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade, fundamentos da Educação Escolar Indígena.
- C) da igualdade social, da diferença, da multiplicidade, do bilinguismo e da interculturalidade, fundamentos da Educação Escolar Indígena.
- D) da igualdade racial, da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da culturalidade, fundamentos da Educação Escolar Indígena.
- E) da igualdade econômica, da divergência, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade, fundamentos da Educação Escolar Indígena.

59. A Estratégia 5.1) Fomentar a estruturação do ensino fundamental de nove anos com foco na organização de ciclo de alfabetização vinculada à Meta 5: Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, que constitui o ANEXO - METAS E ESTRATÉGIAS do Projeto de Lei nº 8.035 que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências propõe a duração do referido ciclo para a garantia da alfabetização plena de todas as crianças . Nessa perspectiva, qual a duração proposta para o ciclo de alfabetização destacada nesse documento?

- A) Cinco anos, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do quinto ano.
- B) Quatro anos, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do quarto ano.
- C) Três anos, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano.
- D) Dois anos, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do segundo ano.
- E) Um ano, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do primeiro ano.

60. A Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, preconiza em seu Art. 6º que a Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada, na construção dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação e, também, na construção

- A) dos Projetos Didáticos (PD); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior.
- B) dos Projetos Instrucionais (PI); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior.
- C) dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior.
- D) dos Projetos Político-Econômicos (PPE); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Instrucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior.
- E) dos Projetos Pedagógico-Econômicos (PPE); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior.

